

Realismo e aparição: as memórias da Irmã Lúcia¹

Maria Luísa Malato Borralho²

Resumo: Centrado nas *Memórias* da Irmã Lúcia, uma das três crianças que, em 1917, testemunharam as aparições de Fátima (com Jacinta e Francisco), este brevíssimo ensaio não pretende discutir, como habitualmente, a verdade histórica ou teológica dos eventos nelas relatados. Interessa-lhe somente, num contexto académico, um problema que tem também ocupado os autores e os críticos de Literatura: como se pode falar de coisas que mais ninguém viu? Sem estudar esta questão, nos interstícios da História e da Poesia, da História e da Religião se não pode ter uma perceção alargada da ambiguidade de conceitos que julgamos objetivos e nunca o foram: o “realismo”, a “verdade” e, no limite, a forma simplista como se define a própria “subjectividade”.

Palavras chave: Realismo – Verdade – Autoridade - Memórias – Fátima – História – Literatura.

Abstract: This brief essay, based on the *Memories* of Sister Lucia, one of the three children who testified in 1917 the Apparitions in Fatima (along with Jacinta and Francisco), don't aim the usual discussion about the true (the historical true or the theological true) of apparitions. It aims only, in the academic context, a commune problem with literary writers and critics; how can we talk about things that nobody else has seen? Without this question, between History and Poetry, History and Religion, we can never consider seriously the ambiguity of those concepts we think objective and never were it: like “realism” or “true”, or even “subjectivity”, often too simple to be true.

Keywords: Realism – Authority – Memories – Fatima – History – Literature.

“Ordinariamente Deus acompanha as Suas revelações dum conhecimento íntimo e minucioso do que elas significam. Mas nisso não me atrevo a falar, pois temo haver aí, o que parece muito fácil, engano da própria imaginação.” (*Memórias da Irmã Lúcia*, I)

Como falar de coisas que mais ninguém viu? É esse o problema de Fernão Mendes Pinto, do realismo ou realidade das coisas que diz que viu na sua *Peregrinação*: “- Fernão, mentes? – Minto!”. Se pensarmos mais demoradamente, é o de todos os relatos considerados inverosímeis. Vinda de Torres Novas, a pequena Lúcia, inconscientemente sensível ao simbolismo do momento, descreve aos companheiros de jogos, o momento em que viu passar um comboio, coisa nunca vista para os lados de Aljustrel:

“[...] muitas casas pequenas, a correr umas atrás das outras, sem cavalos nem burros a puxar por elas, com muita gente lá dentro e às janelas, com uma grande chaminé à frente, a deitar muito fumo e a tocar, parecia muitos búzios.

A Mãe, que andava por ali a lidar, deu atenção à conversa e veio para junto de mim, a repreender-me:

¹ Este ensaio teve como remoto ponto de partida “Literatura, Infância e Dom: um livro chamado Francisco Marto”, publicado nas Atas do Congresso Internacional *Francisco Marto. Crescer para o Dom*, ed. Arnaldo de Pinho e Vítor Coutinho, Fátima, Santuário de Fátima, 2010, pp. 277-305.

² Professora Associada com Agregação da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. mlmalato@gmail.com

- Que estás tu para aí a dizer? Só te faltava inventar mais essa? Como foste tu ver as casas a andar? De que coisas te lembras! Não me tornes cá mais a dizer essas coisas!

Guardei silêncio, até que, depois, quando fui com a Mãe para Lisboa, quando estávamos na estação à espera do comboio, pus-me à frente, a espreitar, para ver quando ele aparecia. E logo que avistei a máquina, puxei a Mãe por um braço, dizendo:

- Ora venha agora cá ver. Vê, vê a chaminé a apitar e a deitar tanto fumo, as casas a correr umas atrás das outras e tanta gente lá dentro?!

A Mãe respondeu:

- Tens razão, eu nunca tinha visto.”

(Lúcia, 2007: II, 149)

Por este exemplo se vê que, mesmo em visões comuns e com avaliadores compreensivos, toda a Verdade só pode ser reconhecida num contexto expectável de verosimilhança, não sendo legíveis os argumentos que não sejam lugares-comuns. Porque, segundo Aristóteles, há verdades históricas/ realistas que são menos críveis que as verdades poéticas (Aristóteles, 1986: 115, 1451b).

1. Verdade e Autoridade

Compreende-se a dificuldade de afirmação do inverosímil numa sociedade em que se tem por argumento jurídico e lugar-comum a falta de credibilidade dos testemunhos das crianças. Os próprios interrogatórios às três crianças violaram direitos já consignados à época (Cunha, 2010: 132). Por outro lado, segundo a legislação portuguesa em vigor no início do século XX, alguma incoerência havia nessa legislação, desde logo porque o argumento da menoridade os incapacitava de participar no tráfico jurídico e simultaneamente os autorizava a celebrar contratos de trabalho ou casamento por suposta suficiente robustez física (cf. Sottomayor, 2010: 117-118). Com efeito, estando a verdade de uma Imagem condicionada retoricamente pela noção que temos de Verosimilhança, pouco interessa, a partir de determinado ponto de congruência, discutir denotativamente o sentido dessa Imagem. Contestar o que é apresentado como Verdade sendo unicamente Verosímil, exige distanciamento do Sujeito face a um grupo (sendo o Sujeito tomado por traidor ou por insano, se não tiver já um poder ou uma autoridade que o proteja (cf. Meyer, 1998: 150). Ora, ironiza Greimas, as crianças, por incapazes de distinguir o jogo da realidade, teriam de ser sujeitas a uma sistemática aprendizagem do verosímil e seriam seres potencialmente não credíveis, sendo próprio da criança fantasiar ou mentir (Greimas, 1983: 103 ss.).

Nas suas *Memórias*, Lúcia, muitas vezes, fala dessa sua incapacidade em provar aos adultos a Verdade do que diz. Atormenta-a que duvidem da sua sinceridade. Lúcia vê-se retoricamente entalada pelo duplo argumento de Córax: deve-se tanto desconfiar do relato excessivamente inverosímil, como daquele excessivamente verosímil. Não possuir álibis é tão suspeito como tê-los a todos.

“Via minha mãe aflita, que queria a todo o custo obrigar-me, como ela dizia, a confessar a minha mentira. Eu queria satisfazê-la e não encontrava maneira sem agora mentir.” (Lúcia, 2004: I, 83)

Mas o mesmo sucede a sua Mãe, quando quer averiguar se o que está a ouvir é verdade ou mentira, realidade ou fantasia.

“[Minha Mãe] costumava dizer: - ‘Se houvesse, nem que fosse uma só pessoa mais, que visse alguma coisa, eu talvez acreditasse; mas entre tanta gente só eles verem!’ Ora em este último mês, várias pessoas disseram que viram várias coisas: umas que tinham visto Nossa Senhora; outras vários sinais no Sol, etc., etc. Minha Mãe dizia agora: - ‘Eu antes, parecia-me que, se houvesse outras pessoas que também visse[m], que acreditava; mas agora tantas dizem que viram e eu não acabo [por] crer!’” (Lúcia, 2007: I, 93).

2. Verdade e univocidade

Cada aparição é única e irrepetível: e no entanto são muitas as moradas daquele que é o que é. Até que ponto aquilo a que chamamos verdade não se distribui pelos pontos de vista diferentes ou pelas fases de um mesmo “facto” ou “aparição”? O leitor-ideal, segundo Gedeão, é um ser que lê através dos séculos, a mesma coisa em momentos diferentes, coisas diferentes ao mesmo tempo:

“Pára na dúvida, e o rosto se confrange
no sempre nebuloso entendimento.
Onde se lê “cordeiro” não é cordeiro;
Onde se lê “pastor” não é pastor”
[...] O mistério persiste, emoliente e arteiro,
P’ra que vendo não vejam, e ouvindo não entendam.
[...] Que quererá dizer ‘amai-vos uns aos outros’?”
(Gedeão, 1990: 13-5)

A 13 de Junho de 1917, será dado a guardar às crianças um segredo, poliédrico, em três partes. As duas primeiras seriam reveladas somente em 1941, a terceira, só escrita a 3 de Janeiro de 1944 e depois guardada no Arquivo do Santo Ofício, será somente revelada a 13 de Maio de 2000, por João Paulo II, pela voz do Cardeal Angelo Sodano. As três partes do segredo vão da visão do inferno dos que não crêem (1.º segredo) à visão do sofrimento dos que creem, cujo sangue rega “as almas dos que se aproximam de Deus” (3.º segredo), e devemos nós interceder por ambos, sem distinguir justos e pecadores, cristãos e ateus, através da oração à Mãe de Deus que a todos une (2.º segredo). É no mínimo curiosa a semelhança do segredo com os *Segredos de um modo antigo de rezar*, de Gregg Braden: “o espelho que não mente”, “a noite escura da alma”, “o mistério do espaço intermediário” que está “para além do julgamento” (Braden, 2009: *passim*). Enquanto Lúcia e Jacinta, depois da terceira aparição, ficam aterradas com a visão do Inferno, Francisco permanece ainda, depois, impressionado pela luz de Deus, fogo que não queima, antítese daquele fogo que consumia os pecadores:

“Nós estávamos a arder, naquela luz que é Deus, e não nos queimávamos. Como é Deus!!! Não se pode dizer! Isto sim, que a gente nunca pode dizer!” (Lúcia, 2007: 145)

Francisco, que vê e não ouve, teima em fazer perguntas sobre o aparentemente óbvio, num “sempre nebuloso entendimento”:

“Quem é o Altíssimo? Que quer dizer ‘os Corações de Jesus e Maria estão atentos à voz das vossas súplicas’? Etc. E obtida a resposta, ficava-se pensando, para logo interromper com outra pergunta.”

É sobretudo para ele que o “mistério persiste, emoliente e arteiro”. E no dia seguinte massacrava-as ainda com mais perguntas sobre os sentidos das palavras. “O que levou Jacinta a dizer-lhe: - Olha, nessas coisas [o Anjo] fala pouco”. (Lúcia, 2007: 139). Francisco é, dos três, nas *Memórias* de Lúcia, não só o que mais vezes pronuncia a palavra “Deus”, mas o que mais se impressiona com o significado de Deus.

3. Verdade e Profecia

Do Deus do Genesis ao Deus do Apocalipse há uma inevitável circularidade da criação e da destruição, que se repete na tua vida, nos seus episódios mais breves:

“Pode ser [...] que a alguém pareça que devia ter manifestado todas estas coisas há mais tempo, porque, a seu parecer, teriam há alguns anos antes, dobrado valor. Assim seria, se Deus tivesse querido apresentar-me ao Mundo como profeta. Mas creio que tal não foi o intento de Deus, [...] Se assim fosse, penso que, quando em 1917, me mandou calar, [...] ter-me-ia mandado falar.” (Lúcia, 2007: 129)

A questão estará em grande parte relacionada com os modos da linguagem. Só de duas formas podemos falar, ainda que as mesclando. Ou descrevendo uma realidade através da 3.^a pessoa, do “ele disse que” (discurso indirecto, modo diegético): “é o próprio [...] que fala, e não tenta voltar o nosso pensamento para outro lado, como se fosse outra pessoa que dissesse e não ele” (cf. Platão, 1980: III, 393a, p. 116). Ou falando como se fossemos nós ou outro, pondo na nossa boca as suas palavras (discurso directo, modo dramático), imitando “aquele com quem queremos parecer-nos” (*Ibidem*, 393c, p. 117). Também Francisco raramente centra na sua opinião o discurso alheio: até porque não viu, não descreve, antes fala de si e reza com as palavras do rito, achando nessa forma aquele com quem quer parecer-se. As *Memórias* de Lúcia enquadram textualmente o que sabemos sobre o comportamento de Francisco. E também elas, como foi já realçado por Maria de Lurdes Ferraz, são uma forma de colocar em cena, sendo muito frequente o diálogo, a dramatização (Ferraz, 1998: 215).

Entre as duas formas de narrar, já delineadas por Platão, se vão depois indirectamente estabelecer duas diferentes estratégias retóricas, agora muito trabalhadas pelas oficinas de escrita: o “telling”, de um narrador que descreve na terceira pessoa o que se vê ou o que sabe, tudo ou pouco; e o “showing”, em que o narrador se centra em si ou na perspectiva daquele de quem fala. Cada uma delas tem um efeito diferente, sendo o “showing” mais atractivo, por aparentemente fazer baixar as defesas ao interlocutor mais reticente: “Show, don't tell”, dizem os manuais. “Olha o que eu faço, não perguntes o que não posso dizer”, parece sempre dizer Francisco.

“Íamos um dia a caminho da Cova de Iria e, ao sair um pouco de Aljustrel, fomos surpreendidos por um grupo de gente, em uma curva da estrada, que, para nos verem e ouvirem melhor, puseram a Jacinta comigo em cima de uma parede. O Francisco recusou deixar-se colocar lá em cima, como se tivesse medo de cair. Depois, foi-se escapando

pouco a pouco, e encostou-se a um velho muro que estava em frente. Uma pobre mulher e um rapaz, ao verem que não conseguiam falar-nos em particular, como desejavam, foram ajoelhar-se diante dele, a pedir-lhe que alcançasse de Nossa Senhora a cura do pai e a graça de não ir para a guerra (era mãe e filho). O Francisco ajoelha também, tira o carapuço e pergunta se (querem) rezar com ele o terço. Dizem que sim e começam a rezar; dentro em pouco, toda aquela gente, deixando-se de perguntas curiosas, está também de joelhos a rezar. Depois acompanham-nos à Cova de Iria. Pelo caminho, rezam connosco outro terço e, lá no local, outro e despedem-se satisfeitos.” (Lúcia, 2007: pp. 161-162)

A cena, contada por Lúcia, pode ler-se na *Quarta Memória* (de 1941), a que mais informações contém sobre aqueles anos em que Lúcia de mais perto privou com Francisco. Foram anos brevíssimos: entre 1917, ano das aparições, e 1919, ano da morte de Francisco (a 4 de Abril)³. Este episódio porque ele nos parece conter, do ponto de vista retórico e simbólico, muitas das características do dom de Francisco Marto. Desde logo, porque, também na história das aparições de Fátima, a figura de Francisco nos aparece frequentemente à margem das figuras de Lúcia e de Jacinta, como se elas estivessem em cima do muro e ele em baixo. Dos três, Francisco é o único que afirma não ouvir as palavras que a Senhora e o Anjo lhes dirigem. Por isso é menos procurado pelos curiosos ou é menos interessante para os inquiridores. Do ponto de vista da sua relação com as aparições, também Francisco é peculiar: raramente pede a Lúcia que lhes faça alguma pergunta em seu nome. Também é o que mais frequentemente lamenta que Jacinta tenha falado aos outros sobre o que tinham visto (Lúcia, 2007: 144). Naquele, como noutros momentos, ele deixa que Lúcia e Jacinta fiquem em cima do muro, e recusa “deixar-se colocar lá em cima, como se tivesse medo de cair”. Mas não é obviamente pelo medo de cair, logo ele que subia as escarpas com o rebanho.

Jesus Cristo, que nos dá lições através de parábolas, também retoricamente sempre preferiu a atitude que vemos em Francisco⁴. No sermão das beatitudes, “vendo a multidão, subiu a um monte”, mas logo quando se aproximam dele os discípulos, “assentando-se”, colocando-se a um nível mais baixo que eles, lhes diz que “Bem-aventurados são os pobres de espírito, porque deles é o reino dos céus” (Mt 5, 1). E estando em contemplação (“Tendo Jesus saído de casa, naquele dia, estava assentado junto ao mar”), quando lhes quer fazer ver o significado do que via, também ele se afasta e se assenta, mais baixo do que os que o estão a ouvir. Na parábola do semeador, uma vez mais encontramos o cruzamento de lugares: o do ponto de vista de quem diz, mais baixo ou paralelo ao ponto de vista de quem ouve.

“E ajuntou-se muita gente, ao pé dele, de sorte que, entrando num barco, se assentou; e toda a multidão estava em pé na praia. E falou-lhe

³ Se bem que o pai de Lúcia fosse irmão da mãe de Francisco, todos morassem na mesma pequena aldeia de Aljustrel, e os dois primos fossem de idades muito próximas (Lúcia nasceu a 28 de Março de 1907, embora o seu baptismo o diga a 22, e Francisco, nasceria a 11 de Junho um ano depois), é Lúcia quem afirma que “Antes dos factos de 1917, exceptuando o laço de parentesco que nos unia, nenhum outro afecto me fazia preferir a companhia de Jacinta e Francisco à de qualquer outra criança” (*Memórias da Irmã Lúcia*, Primeira Memória, p. 36).

⁴ “Tudo isto disse Jesus por parábolas à multidão, e nada lhes falava sem parábolas; para que se cumprisse o que fora dito pelo profeta que disse: ‘Abrirei em parábolas a minha boca; publicarei coisas ocultas desde a fundação do mundo’ (Mt., 13, 34-35).

de muitas coisas, por parábolas, dizendo: Eis que o semeador saiu a semear.” (Mt 5, 1-3).

Perguntaram a Cristo os discípulos: “porque lhes falas por parábolas?”

Respondeu Cristo com o mesmo pressuposto dos que não sabem como fazer ver o que viram (profetas, videntes ou mensageiros de coisas diferentes e novas): “porque eles vendo não vêem; e ouvindo não ouvem, nem compreendem. E neles se cumpre a profecia de Isaías que diz: ouvindo, ouvireis, mas não compreendereis e vendo, vereis, mas não perceberéis” (*Ibidem*).

Muitas coisas se dizem por parábolas. E falando mais baixo do que os outros: “pois já muitas vezes os que têm uma vista fraca descobriram primeiro as coisas do que os que a têm penetrante” (Platão, 1980: X, 596a, p. 452).

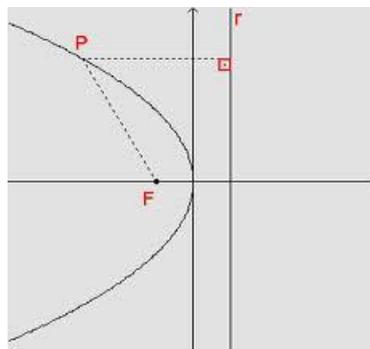
4. Verdade e Compromisso

Como falar de coisas novas com palavras antigas? É esse o problema principal das aparições e dos relatos considerados inverosímeis. E também o de toda a revelação de sentidos segundos, ditos nas entrelinhas das coisas, não óbvios, portanto. É significativo que Cristo, em vez de ter escolhido a altura das dunas em terra, tenha escolhido o nível mais baixo do mar. E, ainda no mar, se tenha assentado no barco, para falar a uma multidão que o escutava de pé. O barco, como toda a realidade nova, oscila, move-se, é instável. O mar, como o deserto, não tem estradas feitas, porque, a todo o instante, as ondas e as dunas se movem, exigindo de cada caminhante saber qual a rota, não havendo estrada única, sentido único, o sentido. “Na tradição hebraica e árabe, caminho é o percurso irregular feito no deserto, onde cada um faz o seu próprio trajeto” (Castro, 2009, p. 22). Se a forma é fechada, a obra é aberta, como concluiria sincreticamente Umberto Eco, desde logo, em *Lector in Fabula*, unindo por fim explicitamente a “forma fechada” valorizada pelos estruturalistas à “obra aberta” valorizada pelos semióticos (cf., v.g., Eco, 1983: 7-14). Em terra estão e ficarão os que querem palavras comuns e realidades seguras, sentidos dados: o sentido das coisas e as certezas absolutas. Quando ouvimos uma parábola, o sentido que recebemos nunca é o mesmo do sentido que enviamos: elipticamente se recebe e se devolve⁵. Algumas suspeitas podemos passar a ter de que o que mais importa, no que se está a contar, não é o semeador, as sementes, os pássaros e as pedras. As parábolas exigem um comprometimento com os sentidos que estão para além do sentido denotativo. Porque falaria Cristo de semeadores, sementes, pássaros e pedras, se não para dizer que não é disso que se trata?

Ora nisso se assemelha muito a linguagem literária à linguagem religiosa, inscritas que estão ambas num “sistema de modelização secundário”, se utilizarmos a terminologia de Iuri Lotman, em que as verdades profundas/escondidas são mais importantes que as aparentes/visíveis: “como a consciência do homem é uma consciência linguística, todos os aspectos dos modelos sobrepostos à consciência [...] podem ser definidos como sistemas modelizantes secundários” (Lotman, 1978: 37). Em ambas as linguagens o que interessa será descobrir “les choses qui se cachent derrière les choses” (Greimas, 1970: 105).

⁵ “Para quem considere atentamente os ensinamentos do Evangelho e medite nos exemplos da vida de Jesus, não poderá haver valor humano que supere a liberdade de espírito [...] E a liberdade é uma virtude, uma virtude bem difícil, que exige tantas vezes coragem, abnegação e até sacrifício” (António Ferreira GOMES – *Antologia do seu pensamento*, sel, notas de Arnaldo de Pinho, 3 vols., Porto, Fundação Eng.º António de Almeida, 1990, vol. III, p. 21).

A “palavra”/cast. ”palabra”/ fr. “parole” (palavra dita, fluida não “mot”, palavra escrita, mais rígida) é ela própria literalmente uma “parábola”, movimento matemático elíptico, em que a linha se curva e atinge um vértice, regressando à direcção do ponto de partida, mas vinda agora em sentido inverso e criando um ponto de chegada distinto do ponto de partida:



5. Verdade: da Letra ao Espírito

O leitor ideal imaginado por António Gedeão sabe-o: “Onde se lê “cordeiro” não é cordeiro; Onde se lê “pastor” não é pastor” (Gedeão, 1990: 13-5)

Tal como para S. Paulo, ou Francisco é sempre muito importante ir para além do que literalmente se lê/ vê.

“Porque na lei de Moisés, está escrito: ‘Não atarás a boca ao boi que trilha o grão. Porventura tem Deus cuidado dos bois? [...] Se nós vos semeamos as coisas espirituais, será muito que de vós recolhamos as carnaís?’ (I Co, 9, 9-11).

Lúcia é, nas *Memórias*, o contraponto de Francisco. Sendo desde muito nova considerada “um papagaio que tudo repetia” (Lúcia, 2007: p. 67). Surpreende os que a rodeiam com a enorme facilidade em decorar palavras, poemas, histórias, doutrina, revelações, ainda quando não percebia o que decorava. Desconfiará sempre da imaginação:

“Ordinariamente Deus acompanha as Suas revelações dum conhecimento íntimo e minucioso do que elas significam. Mas nisso não me atrevo a falar, pois temo haver aí, o que parece muito fácil, engano da própria imaginação.” (Lúcia, 2007: p. 130)

Lúcia funciona pois como fiel depositária do sentido primeiro das palavras, o literal, preocupando-se em atribuir a cada um o que é seu. Como se, simbolicamente, ela fosse a consciência da semiótica denotativa, base indispensável da interpretação. Por isso nos parece muito interessante, e hermeneuticamente útil, este seu contraponto com Francisco, a consciência da “semiótica conotativa”, a explosão emotiva e analógica dos sentidos. O registo de uma forma num conteúdo de Lúcia completa-se com a consciência em Francisco de que o plano da expressão é já, por si só, uma semiótica das emoções ligadas às palavras (conotação), não só na linguagem literária

ou religiosa, mas em toda a linguagem (cf. Hjelmslev, 1971 e o seu comentário hermenêutico, v.g., em Aguiar e Silva, 2002: pp. 86-7).

“Um dia, [conta Lúcia] perguntaram-me se Nossa Senhora nos tinha mandado rezar por os pecadores. Eu respondi que não. Logo que pôde, enquanto interrogavam a Jacinta, chamou-me e disse-me:

- Tu agora mentiste. Como é que disseste que Nossa Senhora não nos mandou rezar por os pecadores? Então Ela não nos mandou rezar por os pecadores?!

- Por os pecadores, não. Mandou-nos rezar por a paz, para acabar a guerra. Por os pecadores, mandou-nos fazer sacrifícios.

- Ah, é verdade. Já estava a pensar que tinhas mentido.”

(Lúcia, 2007: 145)

Para Francisco, fazer sacrifícios pelos pecadores, não é uma actividade de auto-sofrimento que se possa esgotar num sentido masoquista. O sacrifício parece ser, mais naturalmente, uma forma de interceder pelos pecadores e, por isso, também uma forma de rezar por eles. Não nos interessa pois averiguar, como o fizeram alguns inquiridores, se existe alguma incongruência histórica na cor do manto de Nossa Senhora durante a última aparição (distinguindo-se ou confundindo-se Nossa Senhora do Rosário e Nossa Senhora das Dores), ou no tamanho da saia de Nossa Senhora, que Lúcia e Francisco descrevem como quase até aos pés, e que Jacinta diz ir até aos joelhos. Conclui um investigador, em aparte, encontrando aqui uma rara divergência dos três testemunhos:

“Nossa Senhora não pode, evidentemente, aparecer senão o mais decente e modestamente possível. O vestido deveria descer até perto dos pés”⁶.

6. Verdade e Realismo

Por este exemplo se vê que, mesmo em incontroláveis visões e com compreensivos investigadores, toda a Verdade só pode ser entendida num contexto expectável de Verosimilhança, não sendo legíveis ou tendendo a ser corrigidos todos os lugares que não sejam comuns.

Também a ideia de que algo verdadeiro é uma totalidade descritível, parece não ter aqui mais cabimento do que em qualquer relato científico. O Realismo (como capacidade de descrever objectivamente uma realidade) é, na verdade, um sonho impossível e, nesse sentido, também uma utopia: “nunca poderemos saber, por um conhecimento originário realizado numa multiplicidade finita de actos, como é que determinado objecto é constituído sobre todos os aspectos; uma maioria considerável das suas qualidades fica-nos sempre oculta”, comentará Roman Ingarden, ao referir-se à crítica da obra literária e à própria obra literária (Ingarden, 1979: p. 269). Conhecemos sempre partes, ainda quando vemos o todo. No entanto, é essa ilusão do todo que convence e, por isso, Lúcia e Jacinta, mais cúmplices, aprendem a preocupar-se com ela. Sem essa imagem de totalidade, sabem que não convencerão os seus interlocutores. Mas na sua impossibilidade, dividem o trabalho de casa. Regista o

⁶ *Documentação Crítica de Fátima. I. Interrogatórios aos Videntes – 1917*, coord. José Geraldo Freire, Fátima, Santuário de Fátima, 1992, Doc. 7, Interrogatórios do Dr. Manuel Nunes Formigão, p. 66.

Cónego Dr. Manuel Nunes Formigão, durante as aparições, “houve quem ouvisse dizer uma para a outra [Lúcia e Jacinta]”, antes de lhes aparecer a imagem: “[...] tu repara para a cabeça que eu reparo para os pés, porque perguntam tudo”⁷.

E ainda muitos anos depois das aparições se pede a Lúcia que, nos seus escritos, ponha finalmente “tudo” (Lúcia, 2007: p. 135). Lúcia agradece ao Bispo que não lhe pede “tudo” e a respeita dizendo: “Isso não mando” (cf. Lúcia, 2007: p. 133). Há talvez alguma ironia quando se surpreende a divagar: “Mas porque estou eu a dizer isto? Não sei. Sabe-o Deus que inspirou V. Ex.^a Rev.ma a mandar-me que diga tudo; que, advertidamente, não oculte nada” (*Ibidem*: p. 135). Mas o que pode ser “tudo”?

O mais profícuo exercício de realismo é pois a divagação. O devaneio dar-nos-ia o mundo da alma. O eu poético é uma dimensão sublimada do eu biográfico e, por isso, o sentido de um texto religioso, literário ou filosófico se não pode analisar como um produto biográfico, ainda que a vida possa ter sido determinante para a aquisição de determinada sensibilidade. Gaston Bachelard falaria de uma “poética do devaneio” (1984). No devaneio, a memória sempre é conjugada com a imaginação, a aventura dos sentidos novos. São curiosas as reflexões de Lúcia sobre a complexidade da sua própria memória. As interrogações de Lúcia assemelham-se por vezes às interrogações de S. Agostinho, depois valorizadas por Paul Ricoeur, em *Temps et Récit* (1983-1985). Também para Lúcia a memória é um processo respiratório de Tempo e Discurso no/sobre o Tempo: *distentio e intentio, distentio e intentio...*

“Talvez que alguém queira perguntar: como é que a Irmã se lembra de tudo isto? Como é, não sei. O nosso bom Deus [...] repartiu comigo este bocadinho de memória; e por isso, Ele só sabe como é. Ademais, entre as coisas sobrenaturais e as naturais parece-me encontrar uma diferença que é: quando falamos com uma simples criatura, vamos como que esquecendo o que se vai dizendo; ao passo que estas outras coisas, à maneira que as vamos vendo ou ouvindo, vão-se gravando tão intimamente na nossa alma, que não é fácil esquecê-las” (Lúcia, 2007: p. 118).

A forma poética das memórias de Lúcia (por vezes extraordinária a ponto de ser frequente duvidarem da sua autenticidade autoral) pode ser vista também como uma continuidade do panteísmo que antes se verifica sobretudo em Francisco, o mais contemplativo das três crianças, o mais compassivo para com os animais, o mais desprendido das coisas próprias. Como se ela pouco a pouco se tornasse a síntese do que no início eram Francisco e Jacinta, antíteses do que inicialmente os caracterizava, nas próprias memórias de Lúcia. Como se, com o tempo das memórias, todos eles (Francisco, Jacinta e Lúcia) convergissem para uma raiz comum, uma espécie de religiosidade estética. Dela me parece um espantoso símbolo aquele neologismo de Francisco para descrever a beleza da Senhora: “muito bonita”⁸. “Bonítica” é uma palavra nova para duas coisas que por vezes nos dizem separadas: a Bondade (de que “bonito” é um derivado diminutivo) e a Beleza. Como se as qualidades da forma não pudessem ser consideradas sem as qualidades do conteúdo.

⁷ *Documentação Crítica de Fátima. I. Interrogatórios aos Videntes – 1917*, coord. José Geraldo Freire, Fátima, Santuário de Fátima, 1992, Interrogatório do Dr. Manuel Nunes Formigão, p. 96.

⁸ *Documentação Crítica de Fátima. I. Interrogatórios aos Videntes – 1917*, Interrogatórios do Dr. Carlos Azevedo Mendes, p. 390.

É neste conjunto de vozes que nos parece significativo o amor das três crianças pela música. Francisco fazia coro com os pássaros, “numa chilreada medonha que ele imitava com arte” (Lúcia, 2007: p. 158). Lúcia e Jacinta teriam um grande gosto em dançar, generalizado, ao que parece, a muitas crianças e moças da aldeia (Lúcia, 2007: p. 53 ou p. 67). Jacinta gosta de pegar nas palavras e cantá-las. Por vezes, na serra, gritava-as bem alto para serem repetidas pelo eco (cf. Lúcia, 2007: p. 43). Porque as palavras não são a desaprendizagem da música da infância (do infante, ou seja, etimologicamente, “do que não fala”). Mas, pelo contrário, a confirmação da música na palavra do adulto. A linguagem dos pastorinhos, das crianças e dos poetas, é a visão de Crátilo, que vê motivação do significante no significado (cf. Platão, *Crátilo*), e a permanência de uma música original no longo período da fala, ainda quando perdida a infância. Rezar é repetir palavras doces....: “Não me cansarei nunca de dizê-las até morrer! E depois hei-de cantá-las muitas vezes no Céu!” (Lúcia, 2007: 129).

Há nas *Memórias* laivos de um certo panteísmo das três crianças, muito provavelmente aprendido com uns versos que cantavam e levavam a sério, como se verdade fosse:

“Nesta vida tudo canta/ Comigo ao desafio;/ Canta a pastora na serra/ E a lavadeira no rio./ É a voz do pintassilgo/ Que me vem a despertar,/ Logo ao nascer do sol,/ No silvado a cantar!”

Referências Bibliográficas

A Sancta Bíblia Contendo o Velho e o Novo Testamento (1821). Trad. António Pereira de Figueiredo, Londres, Off. B. Bensley (1.^a ed. 1790).

AA. VV.. *O intérprete do Logos. Textos em homenagem a Jean Lauand*, org. Roberto C. G. Castro, S. Paulo, Factach Editora, 2009.

AGUIAR E SILVA, V. M.. *Teoria da Literatura*, 8.^a edição, Coimbra, Almedina, 2002.

ARISTÓTELES. *Poética*, trad. Eudoro de Sousa, Lisboa, IN-CM, 1986, p. 115, 1451b.

BACHELARD, Gaston. *A Filosofia do Não*, trad. J. J. Moura Ramos, 3.^a ed., Lisboa, Presença, 1984.

CALVINO, Ítalo. *Seis Propostas para o Próximo Milénio (Lições Americanas)*, Inclui o texto *Começar e Acabar*, trad. José Colaço Barreiros; 4.^a ed., Lisboa, Teorema, 2002.

CARVALHO, José Carlos. “A mensagem da Irmã Lúcia (e dos Pastorinhos) à luz de S. Paulo”, *Humanística e Teologia. S. Paulo na Memória do Ocidente*, Porto, Julho 2009, tomo XXX, fascículo 1, pp. 123-141.

CUNHA, Maria Conceição. “Declarações das crianças. Seu Valor, Significado e Modo(s) de Interrogar”, in *Francisco Marto. Crescer para o Dom*, ed. Arnaldo de Pinho e Vítor Coutinho, Fátima, Santuário de Fátima, 2010, pp. 125-140.

Documentos sobre a Mensagem de Fátima, Roma, Congregação para a Doutrina da Fé, s.d. *Online*: http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_20000626_message-fatima_po.html (consultado a 5/2/2013).

Documentação Crítica de Fátima. I. Interrogatórios aos Videntes – 1917, coord. José Geraldo Freire, Fátima, Santuário de Fátima, 1992.

ECO, Umberto. *Leitura do Texto Literário. Lector in fabula*, trad. Mário Brito, Lisboa, Presença, 1983.

FERRAZ, Maria de Lurdes. “A linguagem verbal das Aparições. Uma aproximação à mensagem de Fátima do ponto de vista da Literatura”, in *Fenomenologia e Teologia das Aparições*, Congresso Internacional de Fátima (9-12 Out. 1997), Fátima, Santuário de Fátima, 1998.

GEDEÃO, António. *Novos Poemas póstumos*, Lx., Ed. Sá da Costa, 1990.

GOMES, António Ferreira. *Antologia do seu pensamento*, sel, notas de Arnaldo de Pinho, 3 vols., Porto, Fundação Eng.º António de Almeida, 1990.

GOMES, António Ferreira. *Antologia do seu pensamento*, sel, notas de Arnaldo de Pinho, 3 vols., Porto, Fundação Eng.º António de Almeida, 1990, vol. III, p. 315.

GREIMAS, Algirdas Julien. *Du Sens II. Essais Sémiotiques*, Paris, Ed. du Seuil, 1983

GREIMAS. *Du Sens II. Essais Sémiotiques*, Paris, Ed. du Seuil, 1970.

HJELMSLEV. *Prolégomènes à une théorie du langage*, trad. dinamarquês por Una Canger, colab. Annick Weber, Paris, Editions de Minuit, 1971.

INGARDEN, Roman. *A obra de arte literária*, trad. Albin Beau..., 2.ª ed., Lx., F. C. Gulbenkian, 1979

LOTMAN, Iuri. *A Estrutura do Texto Artístico*, trad. M. Carmo Raposo e Alberto Raposo, Lisboa, Estampa, 1978.

LÚCIA. *Memórias da Irmã Lúcia*, I e II, ed. P.e Luís Kondor, introd., notas P.e Dr. Joaquín M. Alonso, 13.ª ed., Fátima, Secretariado dos Pastorinhos, 2007 e 2004.

MEYER, Michel. *Questões de Retórica : linguagem, razão e sedução*, Lisboa: Edições 70, 1998, p. 150.

PALMARINI, Massimo Piattelli. *A ilusão de saber*, trad. J. Pinheiro, Lisboa, Círculo de Leitores, 1997.

PINHO, Arnaldo de. *Estrutura do Cristianismo e Categorias da Cultura*, Sep. “Humanística e Teologia”, n.º 27, Porto, 2006, pp. 207-208.

PLATÃO. *A República*, trad. M. H. Rocha Pereira, Lisboa, F. C. Gulbenkian, 1980.

REYNAUD, Maria João. “Anjos poéticos: figurações na poesia portuguesa contemporânea”, in *Figuras de Anjo revisitadas*, Fátima, Santuário de Fátima, 2007, pp. 53-64.

RICOEUR, Paul. *Temps et Récit. Configuration du temps dans le récit de fiction*, 3 vols., Paris, Seuil, 1983-1985.

SCHILLER, Friedrich. *Textos sobre o Belo, o Sublime e o Trágico*, trad., introd., coment. Teresa Rodrigues Cadete, Lisboa, IN-CM, [1997].

SCHOENTJES, Pierre. *Poétique de l'ironie*, Paris, Seuil, 2001.

SOTTOMAYOR, Maria Clara. “A regulação da Infância no Código Civil de 1867 e nas Leis da 1.^a República”, in *Francisco Marto. Crescer para o Dom*, ed. Arnaldo de Pinho e Vítor Coutinho, Fátima, Santuário de Fátima, 2010, pp. 115-123.

Recebido para publicação em 07-03-13; aceito em 09-04-13